

O ENSINO PROFISSIONAL NO RECÔNCAVO BAIANO ENTRE OS ANOS DE 1925 E 1955.

Maurício de Oliveira da Silvaⁱ

RESUMO: A discussão presente nesta comunicação é sobre instituições de ensino de caráter profissional rural e industrial no Recôncavo baiano. Para esse fim, tomamos como objeto de estudo três escolas profissionais que existiram naquela região, nos idos de 1925 até 1955. Nossa argumentação pauta-se nas formulações teóricas da História Cultural e Social e nas categorias de análise de cultura escolar e escolarização profissional para configurarmos o pensamento e os procedimentos de implantação e a efetiva prática desse modelo escolar junto a crianças e jovens pobres do Recôncavo baiano. Abordar esse momento histórico promove uma interface da história da educação das referidas escolas, bem como o entendimento acerca da constituição dos espaços escolares e modos de subjetivação de professores e estudantes.

Palavras-chave: História da Educação, escolas profissionais, ensino rural.

1. Introdução

A institucionalização de escolas profissionais é tomada como objeto de estudo nessa comunicação ao percebê-la enquanto campo privilegiado para investigação dos sentidos das experiências de sujeitos históricos que fizeram parte do processo de implantação e utilização desses espaços de saber profissional rural e industrial no Recôncavo Baiano, nos anos de 1925 até 1955. Considero que as principais intenções eram ajustar o comportamento dos estudantes nos padrões de “civildade” via práticas disciplinares e a conformação da força de trabalho presente na zona ruralⁱⁱ cuja finalidade também era orientar jovens e “crianças pobres e desamparadas da sorte” com o objetivo de enquadrá-las dentro da sociedade burguesa de maneira que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também de modo que não atrapalhassem a nova orientação trabalhista que paulatinamente voltara-se para o processo de industrialização.

Historicamente, as escolas profissionais surgiram em várias regiões do Brasil, desde o período Imperial chegando até o Republicano. O fomento do ensino profissionalizante não se restringiu somente às iniciativas estatais. Na Bahia, mais precisamente no Recôncavo Baiano, para além do poder Federal, a união nos Municípios de “pessoas de destacado valor social”, criou diversas atividades relacionadas à educação profissional. Nessas experiências, foi possível encontrar referências ao Patronato Agrícola Rio Branco, transferido do Estado do Acre para o Município de Santo Amaro, em junho de 1925; à

Escola Profissional Rural para Menores Pobres de Muritiba, inaugurada em 1936, sediada na Fazenda Manteiga, subordinada ao Departamento da Polícia do Termo de Muritiba; à Escola Profissional de Cachoeira, antiga Escola Primária Superior de Cachoeira, transformada em profissional no ano de 1936, gerida pela Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, detinha um caráter voltado à formação para indústria.

O Patronato Rio Branco era um estabelecimento de ensino de nível primário, no qual os alunos aprendiam e começavam a exercer os misteres de trabalhador rural, e que em dezembro de 1926 contava com 200 alunosⁱⁱⁱ. A Escola Profissional Rural para Menores Pobres de Muritiba funcionava em regime de internato, já na inauguração da escola computava 258 alunos^{iv}. Quanto a Escola de Profissional de Cachoeira o sistema era de externato, o curso com duração de quatro anos^v.

2. O ensino Profissional Rural – uma história ainda por ser (re) contada.

A partir de 1930, políticas de proteção à infância foram implantadas, destacaram-se a organização de serviços assistenciais como a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (1934), Instituto Nacional da Criança, o Departamento Nacional da Criança e o Serviço de Assistência ao Menor (1941). O efeito disso foi um novo momento político, que visava o progresso do país, mas para isso necessitava de “cidadãos fortes e capazes” sendo preciso cuidar do desenvolvimento físico e mental do menor^{vi}.

Pesquisas sobre ensino profissionalizante e rural na Bahia são poucas e reduzidas. Com relação à constituição dessa modalidade escolar no Recôncavo baiano não há sequer um único estudo que as privilegie. Contudo, não só no Recôncavo, mas na capital e em diversas cidades do interior da Bahia^{vii}, foram criadas tais instituições, que pelas próprias características, demonstram que não eram direcionadas somente às finalidades educacionais. Seu objetivo era sanar um outro problema: as dificuldades de adequar aos padrões burgueses aqueles que estavam a perambular pelas ruas ou simplesmente na condição de pobres. Esses indivíduos, segundo discursos do período, eram comumente chamados de “imorais”:

Crianças desamparadas, garotos mal vestidos, mal educados e perniciosos, que se amontoavam a um destino ingrato no laboratório vicioso das vias públicas, sem que as autoridades locais pudessem desviá-las do caminho incerto, dada a falta absoluta de prisões apropriadas para menores, no interior, quíça em todo o país^{viii}.

O interesse pelo tema das escolas profissionais rurais existentes no Brasil, além de caracterizar a enorme riqueza do nosso país quanto a sua dimensão geográfica, contribui para a compreensão dos processos na história da educação brasileira, conferindo o aparecimento e a história da escola profissional rural no Brasil. Também contribui no entender o funcionamento dessas instituições de ensino profissional rural e seus dispositivos de conformação, que se disseminaram ao longo do século XX, como cena de linguagem e sociabilidade. Entender quais foram “os mecanismos educacionais próprios a esse tipo de ensino, o que envolve categorias de analíticas capazes de estabelecer distinções e menções a teorias”. (NASCIMENTO, 2004, p. 27)

O recorte temporal, que vai de 1925 até 1955, foi delimitado devido à disposição e às especificidades das fontes de pesquisa, pois, uma gama bastante diversa de documentos sobre as escolas profissionais rurais de Santo Amaro, Muritiba e Cachoeira, detalham: imagens, acontecimentos, experiências que possibilitam ao pesquisador, em certa medida, olhar para dentro desses espaços de saber através dos dados e perceber a importância de se pensar as escolas num contexto educacional universal, mas que também releva as especificidades da sociedade local a qual esteve presente na consolidação das escolas.

Quanto ao recorte espacial o qual recai sobre as três cidades do Recôncavo baiano (Cachoeira, Santo Amaro e Muritiba), justifica-se pelo fato dessa região ter sido uma espécie de parceira da cidade de Salvador, pois, essas terras ao redor da capital estabeleceram uma íntima relação com Salvador, que evidenciava pelo atrelamento econômico por parte do Recôncavo dos portos para exportação do açúcar de seus engenhos, do fumo e do couro e, [...] dependência de Salvador quanto os alimentos e combustíveis produzidos por aquela região (SILVA, 1999, p. 12).

Difícilmente encontram-se estudos que trate tematicamente as escolas profissionais na zona rural no Brasil. Estudos em História da Educação sobre o ensino rural ainda é um campo pouco pesquisado, embora existam alguns recentes trabalhos referentes ao tema. NÓVOA (1994, p. 91) salienta como caráter da História da Educação, privilegiar alguns grupos e ignorar outros. Este autor considera que as pesquisas em educação atentam mais para os atores urbanos esquecendo a importância do meio rural. Nesse sentido, faz-se imprescindível registrar algumas produções que, embora não tenham como objeto central dissertar sobre a experiência histórica das escolas rurais na Bahia, contudo, discutem as experiências de escolarização profissional no meio rural do Brasil.

As escolas profissionais rurais figuraram o cenário brasileiro desde o período imperial. Ao estudar as escolas da Côrte, a cidade do Rio de Janeiro, na virada do Império para República, SCHUELER (1999) observou que a função da “escola popular” era a de “educar e instruir”. Nestas práticas também deveria se enquadrar o ensino rural. Assim, a idéia de uma educação primária e profissional que incluísse o mundo rural, na expressão da época “agrícola”, não foi exclusividade dos dirigentes da República, assim:

A idéia de educar as crianças ‘pobres’, ‘abandonadas’, ‘vagabundas’ ou ‘criminosas’ foi discutida por muitos setores da sociedade na década de 1870, inclusive por alguns fazendeiros. Reunidos em Congressos Agrícolas realizados na Côrte do Recife, em 1878, os proprietários apontaram a necessidade de desenvolver o ensino primário aliado ao agrícola para suprir as fazendas com mão-de-obra, em decorrência de tão propalada ‘falta de braços e de ‘capitais’ nas lavouras. A solução seria então enviar as crianças e jovens das cidades, além dos ‘ingênuos’ de 1871, para serem educados pelos senhores. (SCHUELER, 1999, p. 69)

Também ao analisar este período NASCIMENTO (2004, p. 32) argumenta que o “Estado republicano efetuou transformações no discurso a respeito do ensino agrícola, porém não se pode afirmar que tais preocupações e concepções eram novas na sociedade brasileira”. Nesse sentido, é preciso apontar que antes do fim oficial do Império, já era ensaiada a difusão da escolarização para além dos centros urbanos. Por exemplo, na Bahia, tal se iniciara no último quartel do século XIX:

[...] os indícios de que a educação dos pobres, na última quadra do século XIX, esteve diretamente relacionada à formação de um certo trabalhador e de um cidadão disciplinado, moralizado com o mínimo de instrução elementar, habilitado em um ofício, rural ou urbano, que possibilitaria a sua sobrevivência; da sua família, que deveria constituir, e ser útil à nação. (SOUSA, 2006, p. 4)

Nas análises das historiadoras acima citadas, SOUSA na Bahia e SCHUELER no Rio de Janeiro, está presente que educar no II Império teve um sentido mais amplo que apenas instruir. Significou também prevenir a “criminalidade e as desordens sociais”. Para alcançar esta questão buscou-se intervir no comportamento dos pobres, modificando-lhes os valores via a instrução escolar, como alternativa para tentar solucionar o problema da “chamada transição do trabalho escravo para o livre”, ou formação do mercado de trabalho livre.

O ensino profissional rural era desenvolvido a partir da ótica de regeneração, na tentativa de alterar a subjetividade dos estudantes, ou seja, interferir nos desvios da personalidade do menor, além de evitar a ociosidade. Segundo Jorge Carvalho do Nascimento (2004, p. 29), ao avaliar o ensino agrícola em Sergipe, ele destaca a predominância dos estudos sobre o tema adotar duas vertentes explicativas “a primeira remete para a necessidade da formação de mão-de-obra dos trabalhadores rurais, em decorrência da abolição dos escravos, enquanto a segunda aborda a questão da delinquência infantil”.

Ambas as vertentes, ao discutirem o ensino agrícola sob a ótica da regeneração e da formação para o trabalho, parecem-nos que melhor explicam a ênfase na utilização do ensino profissional rural no Recôncavo Baiano. Então, a questão central que norteia a pesquisa foi formulada nos seguintes termos: Qual a efetiva participação do ensino profissional rural no processo de escolarização de crianças e jovens pobres do Recôncavo baiano e quais os interesses que balizavam esse processo no período que abrange os anos de 1925 e 1955?

No que confere ao ensino industrial, ao focar o período que compreende os anos de 1930 e 1940, Eraldo Leme Batista, em seu artigo no qual faz uma análise sobre a questão da educação profissional no Brasil, afirma que:

O debate acerca dessa modalidade de ensino já estava colocado no país no início do século XX e que no decorrer dos anos, irá se acentuar, principalmente com a organização das indústrias no CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e com a criação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), na década de 1931. (BATISTA, 2010, p.1)

Observa esse pesquisador, que “a Lei nº1.184 de 3 de dezembro de 1909, já apontava para a preocupação de educação dos jovens filhos dos operários”. O debate em torno da educação profissional com o decorrer do tempo vai ganhando maior importância em diversos setores da sociedade: Acadêmico, empresarial, governamental.

No entendimento de BATISTA, o IDORT foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil, mas que foi na década de 1940 que os industriais conseguiram, com apoio do Estado, criar uma importante escola de formação dos trabalhadores. Foi no período do Estado Novo (1937-1945) que os industriais conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional o Brasil, a partir da reforma

Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino. Esta reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

O estudo sobre “o ensino de ofícios nos primórdios da Industrialização”, de Luiz Antônio Cunha (2005), merece destaque por informar-nos que conforme o texto da lei nº 1,192, de 22 de dezembro de 1909, expressava a persistência da ideia do ensino profissional como algo destinado aos desvalidos, em consonância, aliás, com a exposição de motivos do decreto do presidente de República, desse mesmo ano:

Fica o Governo autorizado a contratar com estabelecimentos industriais, agrícolas ou beneficentes de reconhecida idoneidade, a educação profissional de menores pobres, não criminosos de ambos os sexos, que tenham mais de 11 anos de idade e que, por falta de proteção paterna ou tutelar, estiverem abandonados (CUNHA, 2005, p. 142).

O trabalho qualificado era compreendido neste período como meio de se manter a “ordem”, evitar a “desordem”, mas também como “instrumento inteligente de produção industrial” e para garantir e implementar esta ideologia, se dispunha de instituições educacionais como Liceus de Artes e Ofícios e os asilos desvalidos (CUNHA, 2005).

Entende-se que a reconstrução histórica das instituições de ensino profissional rural aqui referendadas determina um estudo onde é essencial relacionar suas particularidades (micro) com o quadro geral das estruturas organizacionais da época (macro). Neste sentido, objetiva-se analisar e relacionar: as origens das instituições; os projetos pedagógicos; regulamentos; a disposição arquitetônica; os funcionários; os diplomados; o(s) grupo(s) social (is) beneficiado(s), e os aspectos gerais da sociedade da época, como a economia; política; ideologia e cultura.

Através destes procedimentos, acredita-se que o objeto: a compreensão da implantação da Escola Profissional de Cachoeira, o Patronato Agrícola Rio Branco e a Escola Profissional Rural para Menores Pobres de Muritiba em tempo de funcionamento na Bahia, poderá contribuir para os estudos da área de História da Educação, especialmente a linha de pesquisa que foca a institucionalização da formação profissional e a investigação das práticas escolares nestas, através do cotidiano escolar.

Para ilustrar o percurso desta pesquisa histórica sobre a instituição escolar agrícola, Justino Magalhães, Saviani (2007), contribui para nossa compreensão dos procedimentos a serem adotados durante essa investigação. Sugere-se focar a análise a partir da: I)

materialidade (o instituído), ou seja, “o suporte físico das práticas educativas”, envolvendo a arquitetura, material didático, e a estrutura organizacional. II) A representação (a institucionalização) do papel desempenhado pela instituição escolar. Aqui cabe analisar a tradição (memórias), bibliografias, projetos (planejamentos), os modelos pedagógicos, os estatutos, o currículo, e os funcionários. III) A apropriação (a instituição), “corresponderia à materialidade conteúdo em ato”, por exemplo, as incorporações do ideário pedagógico, “definindo-se a identidade dos sujeitos e da instituição e seus respectivos destinos de vida” (público alvo).

Ou seja, trata-se de formular a questão: a quem se destina a instituição que estou me propondo a reconstruir e que resultados ela pretende atingir com a ação empreendida? A busca de informações sobre o alunado será, pois, um elemento importante na reconstrução histórica das instituições escolares, uma vez que, além de ajudar na definição do perfil institucional, trará, também, indicações importantes sobre sua relevância social. (SAVIANI, 2007, p. 25).

As fontes primárias desta investigação abalizadas em: decretos, relatórios de diretores de educação; relatórios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio^{ix}; revistas; cartas; fotografias; mapas; atas das escolas, o que nos revelam uma infinidade de informações importantes para esta pesquisa. Algumas destas fontes, já encontradas, estão sob guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

A iconografia também se constitui numa possibilidade para esse estudo. Nessa direção, tomar-se-á para análise as fotos da Escola Profissional Rural de Muritiba, nas quais são registrados a arquitetura externa e momentos das atividades da escola em 1936, contidas no Arquivo Público do Estado da Bahia. Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, através do jornal A Ordem será observada a fotografia do edifício do Patronato Agrícola Rio Branco, na qual se identifica a configuração da paisagem da cidade de Cachoeira. As imagens apontam aspectos referentes ao cenário educacional rural, tem características próprias que permitem serem questionadas e estudadas e é fonte fecunda de representações que perpassam o momento de sua criação, período que compreende as décadas de 1925 e 1955.

Wenceslau Gonçalves Neto (2002, p. 25-26) ao tratar acerca dos Aprendizados Agrícolas em Minas Gerais, nos diz que a historiografia contemporânea muito tem privilegiado as temáticas relacionadas às formas culturais, que são elaboradas no processo de construção da vida social. Dessa forma, a História da Educação no Brasil, vem

demonstrando estar atenta a estas transformações, ao valorizar “novas” fontes documentais: jornais, revistas, fontes iconográficas, dentre outros, que expressam manifestações, possibilitando repensar a História dentro de condições particulares. Isso não implica num abandono da documentação oficial ou das fontes teóricas utilizadas na investigação, mas significa dizer que essas fontes foram enriquecidas, permitindo recuperar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas pelos homens numa determinada época, tanto em nível nacional, como regional e local. Então, esta pesquisa permite realizarmos:

Uma aproximação do momento de estudo não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazem nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores (VIDAL & CAMARGO, 1997, p. 408).

Os jornais da época, os quais referendam a ideologia do período pesquisado com relação à educação profissional, fator que autoriza-nos fazer uma leitura a respeito das condições de produção no campo cultural, permitindo a realização de uma configuração melhor do objeto. A imprensa, assim, se constitui num recurso valioso para enriquecer as análises no campo da História da Educação, por veicular uma grande quantidade de informação, pelo fato da prática jornalística compartilhar da cotidianidade da sociedade, fazendo emergir sujeitos históricos que se fizeram ouvir para além dos muros das escolas.

Face aos documentos oficiais, o pesquisador depara-se com grandes silêncios ou relatos permeados de preconceitos depreciativos, que denunciam o atrelamento nos valores das elites dominantes daqueles que registraram aspectos do cotidiano de crianças e jovens pobres da zona rural, muitas vezes, sob a ótica do *desviado*, *desordeiro* ou *imoral*.

3. Considerações Finais

O ensino profissional rural é um vasto campo de pesquisa que permite figurar o cenário educacional brasileiro. E por via desse cenário podemos analisar como se processou a implantação de um sistema educacional voltado para a formação de um trabalhador “civilizado” e “moralizado” nos ditames da época, nesse caso, final da Primeira República e as várias fases do governo do Presidente Getúlio Vargas.

Além da denúncia de dominação, a pesquisa procura recuperar as experiências próprias dos sujeitos, que embora sendo objeto de interesse e controle de outros grupos sociais que pretendiam controlar sua forma de pensar, de se comportar e de viver, criam mecanismos de resistência com o intuito de proteger seus “costumes”. Ainda que fossem desiguais as formas de enfrentar esse conflito, o poder deveria se submeter a algumas restrições. Conforme Thompson, “não só porque o costume tinha endosso jurídico e podia ser ele próprio uma ‘propriedade’, mas também porque o poder poderia ver-se em perigo se o abuso dos direitos enfurecesse o populacho” (1998, p.96). Embora na maioria das vezes a Justiça esteja ao lado das classes dominantes, em outras, faz-se necessário observar os interesses dos grupos menos favorecidos.

ⁱ Docente da rede Municipal de Ensino de Vera Cruz Bahia. Especializando em Educação e Sociedade pela UNICID. Graduado em História pela UCSAL. E-mail: Mauricio.ol.silva@gmail.com.

ⁱⁱ Dóris Almeida em seu trabalho intitulado “A Educação Rural como Processo Civilizador”, argumenta que “era importante também, que a escola tivesse adaptada às necessidades regionais da população. A escola deveria resgatar valores do mundo rural, mantendo vivas idéias possíveis de serem esquecidas, entre elas a de que o Brasil era um país com uma natural vocação agrícola”. (ALMEIDA, 2005, p. 281)

ⁱⁱⁱ Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal O “Município”, 04/12/1926

^{iv} Arquivo Público do Estado da Bahia (APB). Seção do Arquivo Republicano. Fundo: Secretaria da Polícia e Segurança Pública. Caixa: 6486. Maço: 01. “Relatório da Escola Profissional Rural para Menores Pobres de Muritiba, apresentado aos Exmos. Srs. Governador da Bahia, Secretario de Segurança Pública e Secretario de Educação e Saude”, 19/11/1937.

^v APB. Seção do Arquivo Republicano. Fundo: Secretaria da Educação e Saúde. Caixa: 3922. Maço: 03. “Decreto Lei n. 1.202 de 08/04/1939 que ajusta a atual Escola Profissional de Cachoeira aos Preceitos Normativos da Lei Orgânica do Ensino Industrial.

^{vi} O termo “menor” passou, de acordo com Greive e Faria Filho (1999, p. 49), então, a referir-se à situação de abandono e/ou marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhes correspondem.

^{vii} Em Salvador foi inaugurada em 1928 o Instituto Profissional para Menores, destinado à educação industrial e agrícola a alunos do sexo masculino. No interior, dentre outras escolas, foram criadas: o Aprendizado Agrícola, de Juazeiro criado em 1919, Escola Rural de Rodelas, inaugurada abril de 1949; Escola Rural de Maiquinique em 1949, na Comarca de Macaraní, Escola Rural de Guirapá em 1950.

^{viii} APB. Seção do Arquivo Republicano. Fundo: Secretaria da Polícia e Segurança Pública. Caixa: 6486. Maço: 01. Exposição feita pelo Diretor da Escola para Menores Pobres de Muritiba, o Capitão Francisco Pedro da Fonseca. Relatório da Escola Profissional Rural para Menores Pobres de Muritiba apresentado ao Governador do Estado da Bahia em 19 de novembro de 1937.

^{ix} Este tipo de documento era produzido para atender às formalidades da prestação de contas daquilo que foi realizado em determinado período e da ritualização das demandas por recursos para atender a projetos a serem realizados e/ou continuados; eram instrumentos utilizados na concorrência por recursos com outras instâncias governamentais. (OLIVEIRA, 2000, p. 2)